

# Punições. Para quem cair em tentações eleitorais.

19<sup>o</sup> JUL 1988

O governo quer rigor no cumprimento dos orçamentos da União e das empresas estatais, e ameaça punir qualquer dirigente do setor público que deixe de cumprir à risca o que está previsto. A determinação partiu do presidente Sarney, e o controle vai ser exercido pelo Ministério do Planejamento e pelas chefias do Gabinete Civil e do Serviço Nacional de Informações (SNI). O objetivo é evitar que recursos da União sejam desviados com objetivos eleitorais, diante da proximidade das eleições municipais.

Cobrar rigor na execução orçamentária é considerado fundamental pelo governo, para que nenhum setor da administração pública "caia na tentação" de embarcar nas campanhas eleitorais. O presidente José Sarney, segundo informações obtidas no Palácio do Planalto, não está disposto a tolerar manipulações orçamentárias com intuítos eleitorais, e entende que o governo deve manter-se afastado das eleições municipais, pelo menos do ponto de vista de recursos financeiros.

Os recursos liberados para qualquer programa previsto no orçamento terão de ser gastos, efetivamente, com aquele programa. Se for identificado um desvio de recursos para outras finalidades, os responsáveis serão punidos "com rigor": terão de responder a inquéritos administrativos e, comprovada a culpa, serão afastados dos seus cargos.

O presidente Sarney, segundo se dizia ontem no Planalto, está disposto a levar até

as últimas consequências o controle do déficit público, e não vai tolerar "nenhum teste da sua autoridade". As metas de se reduzir o déficit público este ano para 4% do PIB e para 2% em 1989 são consideradas "inarredáveis".

## 36 ameaças

Essa não é a primeira vez que o governo ameaça punir severamente quem contrariar suas determinações. Ainda no início do governo Sarney cerca de cinco mil pessoas que ocupavam ilegalmente imóveis funcionais — algumas delas sem serem sequer funcionárias públicas — foram ameaçadas de remoção. A situação, no entanto, permanece inalterada.

Outra ameaça do governo Sarney foi contra o uso indevido do carro oficial, que ficaria restrito a poucas autoridades. Houve ameaças de punições, mas o que se vê é que tudo caiu no esquecimento. As empresas que deixassem de cumprir as determinações do Conselho Interministerial de Preços (CIP) também foram ameaçadas. Várias não cumpriram, entre elas cinco estatais. Recentemente, o próprio presidente Sarney determinou que fossem apuradas as admissões ilegais feitas na vigência do decreto-lei que proibia novas contratações. Constatou-se que oito ministérios haviam descumprido a lei. Mais uma vez, ninguém foi punido ou afastado. Nem por mandar contratar, nem por ter sido contratado ilegalmente.